



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2020.
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. Sergio Fernando Moro, sobre a participação do diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel Antônio Aginaldo de Oliveira, em assembleia de policiais militares amotinados do Ceará.

Senhor Presidente,

O exercício de funções públicas requer de seus titulares estreito cumprimento da Constituição e das leis, conduta responsável e equilibrada e retidão no desempenho das atividades inerentes a seus cargos.

Lamentavelmente, não foi o que se verificou na atuação do diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel Aginaldo de Oliveira, no episódio do motim da Polícia Militar do Ceará ocorrido recentemente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Durante a assembleia dos amotinados no domingo passado, o coronel Aginaldo Oliveira discursou ao lado do principal líder do movimento, o ex-deputado federal Cabo Sabino, e do advogado dos policiais grevistas, o coronel Walmir Medeiros. Fez rasgados elogios aos amotinados, tratando-os como heróis.

As palavras do diretor da Força Nacional dirigidas aos policiais militares que encerravam o motim foram muito mais de incentivo ao movimento ilegal do que de repreensão esperada do comandante de uma força policial deslocada para o Ceará exatamente para impedir a continuidade do caos instalado pelo motim.

"Só os fortes conseguem atingir os seus objetivos. E vocês estão resistindo, vocês estão atingindo objetivos", disse o coronel do alto do palanque montado pelos policiais cearenses. *"Acreditem: vocês são gigantes, vocês são monstros, vocês são corajosos. Demonstraram isso ao longo desses 10, 11, 12 dias em que estou aqui, dentro deste quartel, em busca de melhorias para a classe, que vão conseguir"*, continuou o diretor da Força Nacional.

E disse mais o coronel Aginaldo, comportando-se como se fosse um líder sindical diante de seus liderados: *"vamos conseguir. Sem palavras para dizer o tamanho da coragem que vocês têm e estão tendo ao longo desses dias. Isso que os senhores estão fazendo não é para todo mundo. É aquela coisa: os covardes nunca tentam. Os fracos ficam pelo meio do caminho. Só os fortes conseguem atingir seus objetivos, e vocês estão atingindo"*, disse



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Oliveira aos policiais. E completou: *"os senhores se agigantaram de uma forma que não tem tamanho."*

Em tudo e por tudo, trata-se de uma atuação flagrantemente ilegal, imprópria, não condizente com um agente público que dirige exatamente uma força de segurança nacional criada para atuar em áreas e conflitos onde as forças estaduais de segurança demonstram-se insuficientes.

O regozijo do coronel Aginaldo diante de seus colegas de farda, além de ilegal e impróprio, soa como um inaceitável escárnio para os familiares dos mais de 241 assassinados no estado do Ceará durante o motim. Os homicídios explodiram no Ceará durante a paralisação, que teve início na tarde de 18 de fevereiro. De 19 a 27 de fevereiro, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, foram 241 assassinatos no estado, uma média de 26,7 por dia. De 1 e 18 de fevereiro houve 164 homicídios, média de pouco mais de nove, número semelhante ao de janeiro de 2020, que teve 261 assassinatos o mês todo.

Diante das ações e declarações ilegais do diretor da Força Nacional de Segurança Pública, coronel Aginaldo de Oliveira, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que, ouvida a Mesa Diretora, sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça aos questionamentos abaixo.

1- O Ministério da Justiça instalou algum tipo de procedimento administrativo para apurar a atuação do diretor



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

da Força Nacional de Segurança Pública na assembleia dos policiais militares amotinados do Ceará?

2- Caso não tenha instalado nenhum tipo de procedimento, quais fundamentos legais embasam esta decisão?

3- O Ministério da Justiça considera legal e constitucional a presença do diretor da Força Nacional de Segurança Pública em uma assembleia de policiais militares amotinados proferindo discurso de incentivo ao movimento?

Sala das sessões, em 10 de março de 2020.

Alice Portugal
Deputada Federal – PCdoB/BA